

Ofício Circular nº. 2/2011 – SINPECPF

Brasília-DF, 26 de maio de 2010.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

**Deputado(a) Federal**

Câmara dos Deputados – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado  
Brasília – DF

**Assunto: Convocação do ministro da Justiça para audiência na CSPCCO para esclarecimentos acerca da terceirização na Polícia Federal**

Senhor(a) Deputado(a),

Cumprimentando-o, respeitosamente, o Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPF) vem, por meio deste, solicitar que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, a qual Vossa Excelência integra, apresente requerimento convocando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a dar esclarecimentos acerca do processo de terceirização em curso na Polícia Federal.

Tal pedido decorre de grave denúncia publicada nesta semana pela revista ISTOÉ, em reportagem que revela temerário quadro de privatização da segurança pública brasileira, com a terceirização de atividades restritas a servidores efetivos da Polícia Federal – tais como a emissão de passaportes e o controle de imigração de estrangeiros.

A matéria ainda destaca entrevista com o ex-ministro da Justiça e atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que estava à frente da

pasta da Justiça quando a Polícia Federal decidiu dar início às terceirizações. Segundo Genro, a prática teria sido adotada em caráter emergencial e provisório, devendo ser posteriormente corrigida com a realização de novos concursos para os quadros da Polícia Federal.

Desta forma, é preciso cobrar que esta medida adotada como emergencial e provisória não se torne permanente. O SINPECPF e toda a sociedade brasileira têm interesse em conhecer os planos do Ministério da Justiça para reverter o quadro de terceirização instaurado na Polícia Federal. Cientes de que cabe à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado discutir e cobrar políticas públicas para combater o crescente sentimento de segurança que hoje tanto aflige a população brasileira.

Por fim, o SINPECPF acrescenta ser do interesse da categoria administrativa da Polícia Federal tomar assento em tão importante debate. Como parte diretamente interessada na questão, ansiamos ser ouvidos pelos parlamentares porque temos plena convicção de possuir a melhor receita para por fim a nefasta prática criticada pela ISTOÉ: valorizar o servidor administrativo da Polícia Federal, pondo fim à necessidade do órgão de contratar mão de obra terceirizada.

Respeitosamente,

**Leilane Ribeiro de Oliveira**

Presidente